



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences
ISSN: 1679-7361
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

de Arruda Reis, Sebastiana Lindaura; Bellini, Marta
Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 33, núm. 2, 2011, pp. 149-159
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325341003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental

Sebastiana Lindaura de Arruda Reis^{1*} e Marta Bellini²

¹Universidade Federal de Mato Grosso, Av. Fernando Correia, s/n, 78060-900, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. ²Programa de Pós-graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.

*Autor para correspondência. E-mail: slareis@cpd.ufmt.br

RESUMO. A teoria das Representações Sociais trata da produção dos saberes sociais. Centra-se na análise da construção e transformação do conhecimento social e tenta elucidar como a ação e o pensamento se interliga na dinâmica social. A Representação Social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). Estudos em Representações Sociais são conhecimentos construídos pelas relações do homem com o seu ambiente. As Representações Sociais do meio ambiente e os valores atuais que contemplam as relações humanas têm sido foco de pesquisas por parte de órgãos governamentais e educadores sensibilizados com a importância da Educação Ambiental no Brasil. O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão das diferentes correntes teóricas e metodológicas das Representações Sociais elaborada por Serge Moscovici. Destaca-se, também, as dimensões metodológicas com ênfase das Representações Sociais em Educação Ambiental.

Palavras-chave: representação social, métodos de pesquisa, educação ambiental.

ABSTRACT. Social representations: theory, methodological procedures and environmental education. The theory of social representations is the production of social knowledge. It focuses on the analysis of the construction and transformation of knowledge and tries to elucidate how social action and thought is tied together in social dynamics. The social representation is always representation of something (object) and one (subject). Studies in Social Representations knowledge are constructed by man's relationship with its environment. The Social Representations of the environment and the current values that include human relations has been the focus of research by government agencies and educators aware of the importance of environmental education in Brazil. The aim of this study was a review of different theoretical approaches and methodological Social Representation prepared by Serge Moscovici. We also focus on the methodological dimensions of social representations with emphasis in Environmental Education.

Keywords: social representation, research methods, environmental education.

Introdução

Nosso ambiente natural, físico e social é fundamentalmente composto de imagens e, nós, continuamente, acrescentamos-lhes algo e descartando algumas imagens e adotando outras. Na verdade, o processo de representação envolve a codificação, até mesmo dos estímulos físicos, em uma categoria específica. De fato, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. Tais coisas que nos parecem estranhas e perturbadoras têm também algo a nos ensinar sobre a maneira como as pessoas pensam e o que as pessoas pensam (MOSCOVICI, 2004).

O termo ‘Representação Social’ (RS) foi cunhado por Moscovici em seu doutoramento, em 1961. Para definir RS, Moscovici precisou de duas décadas de

trabalho intelectual entre a obra *La Psychanalyse: son image et son public*, de 1961 e a apresentação da teoria no livro *Social Cognition*, de 1984. Moscovici propôs-se a considerar as RS como um ‘fenômeno’ o que era, antes da década de 1960, visto como um ‘conceito’.

A teoria das RS é uma teoria sobre a produção dos saberes social. Saber, aqui se refere a qualquer saber, mas a teoria está especialmente dirigida aos saberes que se produzem no cotidiano, e que pertencem ao mundo vivido (JOVCHELOVITCH, 1998).

São encontradas muitas discussões e análises sobre Representação Social, sua gênese, sua estruturação, sua dinâmica e possibilidade de mudança e, inclusive várias proposições que tem como objetivo tentar sintetizar, descrever e algumas vezes compreender as Representações Sociais (GUARESCHI, 1996). Segundo o autor,

Moscovici sugere que seu interesse não é em determinar uma teoria 'forte e fechada', mas uma perspectiva para se poder 'ler' os mais diversos fenômenos e objetos do mundo social. Ele organiza os pressupostos básicos de sua teoria ao redor da complexidade do mundo social, e propositadamente abandona o 'microscópio', pois não lhe interessam as células e os genes, mas os seres humanos no contexto mais amplo das relações sociais.

Este artigo apresenta uma revisão da Teoria das Representações Sociais (TRS) elaborada por Serge Moscovici e dos diferentes métodos que surgiram após a década de 70 para ampliar as investigações no campo das representações. O texto apresenta também a utilização da TRS como um instrumento teórico e metodológico para as pesquisas na área de Educação Ambiental demonstrando o potencial das RS como teoria para a apreensão das múltiplas visões de ambiente e ação no campo ecológico.

Considerações históricas

Para tratar do conceito de RS, é preciso compreender a passagem do século XIX ao XX. O século XIX foi a época dos ideais revolucionários e dos movimentos operários. Foi também o tempo de novos valores, ideias e concepções de mundo. Do ponto de vista intelectual, foram reconstruídas teorias e, entre estas, a da representação (BARRETO, 2005).

Etimologicamente, 'representação' provém da forma latina 'repraesentare' – 'fazer presente' ou 'apresentar de novo'. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, mesmo uma ideia, por intermédio da presença de um objeto (FALCON, 2000).

Jovchelovitch (1998) afirma que a noção de 'representação' era sinônimo de cópia, de espelho do mundo. Representar era copiar ou reproduzir o social. Essa ideia influenciou, por longo tempo, as ciências sociais e a psicologia, dando a ilusão da coincidência perfeita entre o psíquico e o mundo.

Na pré-história da Teoria das Representações, representação era distinguida em dois níveis de fenômenos: o 'individual' e o 'coletivo', em razão da crença de que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes das que explicavam os fenômenos individuais (FARR, 1995).

Para Minayo (1995), os teóricos dessa fase estavam preocupados com o caráter coletivo das representações. Eram Schutz, Weber, Durkheim e Marx. Max Weber utilizou 'Representação' associando-a à 'ideia', 'espírito', 'concepção', 'mentalidade' para, de forma particular, elaborar sua noção de 'visão de mundo'. Para Weber, a vida social

– que consiste na conduta cotidiana dos indivíduos – é carregada de significação cultural. Essa significação provém da base material e das ideias, condicionando-se mutuamente (MINAYO, 1995).

Na concepção de Durkheim, o indivíduo sofre pressão das representações dominantes na sociedade. É a sociedade que pensa ou exprime os sentimentos individuais. As representações não são, assim, necessariamente conscientes pelos indivíduos. Assim, de um lado, as representações conservam a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam, tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social (MOSCOVICI, 2001).

As críticas de Moscovici à concepção durkheimiana foram relevantes, pois:

1) falta de preocupação em se buscar a origem da generalidade dos fenômenos que o conceito de Representação Coletiva engloba: a ciência, a religião, os mitos, a ideologia entre outros fenômenos sociais ou psíquicos;

2) a ausência da dinâmica das Representações Coletivas que não a torna adequada aos estudos de sociedades complexas como a nossa onde existem pluralidade de sistemas envolvidos (políticos, filosóficos, religiosos, entre outros) e uma alta rotatividade do fluxo de representação.

Já Schutz usou o termo 'senso comum' para falar das Representações Sociais do cotidiano. Para Shultz, da mesma forma que o conhecimento científico, o senso comum envolve conjuntos de abstrações, formalizações e generalizações. Esses conjuntos são construídos, são fatos interpretados no dia a dia. Desse modo, a existência cotidiana é dotada de significados e portadora de estruturas de relevância para os grupos sociais que vivem, pensam e agem em determinado contexto social. Esses significados - que podem ser objeto de estudo dos cientistas sociais – são selecionados por meio de construções mentais, de 'representações' do 'senso comum' (MINAYO, 1995).

Minayo (1995) mostra ainda uma terceira corrente na interpretação do papel das Representações Sociais, a marxista. Aponta, na obra *A Ideologia Alemã*, a categoria chave em Marx para tratar das representações, a consciência. Para Marx, as representações, as ideias e os pensamentos são os conteúdos da consciência que, por sua vez, são determinadas pela base material.

Para Jovchelovitch (1998), Moscovici emprestou de Durkheim o conceito de Representações Coletivas e o mudou para Representações Sociais. De Freud, Moscovici tomou a ideia de que os processos inconscientes determinam a produção dos

saberes sociais. Um dos textos decisivos para Moscovici foi *Teoria Sexual Infantil*. Este estudo de Freud mostra como a criança quer saber e como o desejo de saber se intercala com o jogo entre os que querem e os que detêm o saber. Isso leva a criança a construir teorias que se erguem na base das relações entre o universo infantil e o universo adulto. Freud mostrou como o peso da transmissão cultural com aquilo que ela prescreve, permite ou interdita o conhecimento.

Conceitos e uso da Teoria das RS

Guareschi (1996, p. 18) apresenta os elementos ligados ao conceito de Representação Social:

- 1) é um conceito dinâmico e explicativo, tanto da realidade social, como física e cultural, possui uma dimensão histórica e transformadora;
- 2) reúne aspectos culturais, cognitivo e valorativo, isto é, ideológicos;
- 3) estão presentes nos meios e nas mentes, isto é, ele se constitui numa realidade presente nos objetos e nos sujeitos; é um conceito relacional, e por isso mesmo social.

O ato de representar não é um processo simples. Além da imagem, ele carrega sempre um sentido simbólico. Conforme Jodelet (2001, p. 27), há quatro características fundamentais no ato de representar:

- a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito);
- a representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações);
- a representação será apresentada como uma forma de saber: de modelização do objeto diretamente legível em diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais - ela é uma forma de conhecimento;
- qualificar esse saber de prático se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro.

Nesse caminho apontado por Jodelet (2001), a teoria das RS vai tratar da produção dos saberes sociais, centrando-se na análise da construção e transformação do conhecimento social. Saber aqui se refere a qualquer saber produzido no cotidiano e que pertence ao mundo social (JOVCHELOVITCH, 1998).

Para Spink (1995a), as representações sociais são definidas como formas de conhecimento prático, inserem-se mais especificamente entre as correntes

que estudam o conhecimento do senso comum. Tal privilégio já pressupõe a ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento, uma vez que estas abordam o conhecimento como saber formalizado, isto é, focalizam o saber que já transpõe o limiar epistemológico, sendo constituídas por conjuntos de enunciados que definem normas de verificação e coerência.

Oliveira e Werba (2003) acrescentam que para a análise das Representações Sociais há três níveis de compreensão:

- nível fenomenológico – as RS são objetos de investigação. Esses objetos são elementos da realidade social, são modos de conhecimento, saberes do senso comum que surgem e se legitimam na conversação interpessoal cotidiana. Têm como objetivo compreender e controlar a realidade social;
- nível teórico – é o conjunto de definições conceituais e metodológicas, construtos, generalizações e proposições referentes às RS;
- nível metateórico – é o nível das discussões sobre a teoria. Neste expõem-se os debates e as refutações críticas aos postulados e pressupostos da teoria comparando-a com modelos teóricos de outras teorias.

Há muito debate sobre o conceito de Representação Social, sua gênese, sua estruturação, sua dinâmica e possibilidade de mudança.

A Teoria das Representações Sociais trata de operacionalizar o pensamento social em sua dinâmica e sua diversidade. Parte do pressuposto de que existe forma de conhecer e de se comunicar guiada por objetivos diferentes, formas que são móveis. Moscovici define duas delas, ‘a consensual e a científica’, cada uma gerando seu próprio universo. Para Arruda (2002, p. 130) são:

- Universo consensual – [...] Aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana. As Representações Sociais constroem-se mais freqüentemente na esfera consensual, embora as duas esferas não sejam totalmente estanques. As sociedades – são representadas por grupos de iguais, todos podem falar com a mesma competência. A Representação Social é o senso comum, acessível a todos.
- Universo reificado (ou científico) – Se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna. A sociedade é de especialistas onde há divisão de áreas de competência. Aqui é a Ciência que retrata a realidade independente de nossa consciência; estilo e estrutura fria e abstrata.

As Funções da Representação Social

Para Moscovici (2004, p. 34), as representações apresentam duas funções:

a) Elas ‘convencionalizam’ os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as põem como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequarem exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura;

b) Representações são ‘prescritivas’, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós começemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado.

Essas representações são partilhadas pelas pessoas, influenciando-as. As representações significam a circulação de todos os sistemas de classificações, todas as imagens e todas as descrições, mesmo as científicas (MOSCOVICI, 2004).

Para Abric (2000, p. 28), essas representações têm papel fundamental na dinâmica das relações e nas práticas sociais e respondem a quatro funções que as sustentam:

1) Função de saber: as RS permitem compreender e explicar a realidade. Elas permitem que os atores sociais adquiram os saberes práticos do senso comum em um quadro assimilável e compreensível, coerente com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem.

2) Função identitária: as RS definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. As representações têm por função situar os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, compatível com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados.

3) Função de orientação: as RS guiam os comportamentos e as práticas. A representação é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. Ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social.

4) Função justificadora: por essa função as representações permitem, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. As representações têm por função preservar e justificar a diferenciação social, e elas podem estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a

discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles.

Para compreender o fenômeno de algumas Representações Sociais, temos que perguntar: Por que criamos essas representações? A resposta é que a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar (MOSCOVICI, 2004). Moscovici considera que os universos consensuais são universos familiares nos quais as pessoas querem ficar, pois não há conflito. Nesse universo, tudo o que é dito ou feito, confirma as crenças e as interpretações adquiridas. Em geral, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização em que os objetos, pessoas e acontecimentos são compreendidos previamente.

O não-familiar são as ideias ou as ações que nos perturbam e nos causam tensão. Essa tensão entre o familiar e o não-familiar é sempre estabelecida em nossos universos consensuais, em favor do primeiro. No entanto, o que nos é incomum, não-familiar é assimilado e pode modificar nossas crenças. Esse é o processo de re-apresentar o novo (MOSCOVICI, 2004).

Para assimilar o não-familiar, dois processos básicos podem ser identificados como geradores de RS, o processo de ‘ancoragem e objetivação’ (OLIVEIRA; WERBA, 2003).

A ‘ancoragem’ é o processo pelo qual procuramos classificar, encontrar um lugar e dar nome a alguma coisa para encaixar o não-familiar. Pela nossa dificuldade em aceitar o estranho e o diferente, este é, portanto, percebido como ‘ameaçador’. No momento em que nós podemos falar sobre algo, avaliá-lo e, comunicá-lo mesmo vagamente, podemos, então, representar o não-usual em nosso mundo familiar, reproduzi-lo como uma réplica de um modelo familiar. Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo (MOSCOVICI, 2004).

Dessa soma de experiências e memórias comuns, extraímos as imagens, a linguagem e os gestos necessários para superar o conflito gerado pelo saber não-familiar. Ancoragem e objetivação são maneiras de lidar com a memória. A ancoragem mantém a memória em movimento, a qual é dirigida para dentro e está sempre armazenando e excluindo objetos, pessoas e acontecimentos classificados e nomeados por essa ancoragem de acordo com os seus tipos. A objetivação, mais ou menos direcionada para fora (para outros), elabora conceitos e imagens para reproduzi-los no mundo exterior (MOSCOVICI, 2004, p. 78).

Os métodos e as técnicas de pesquisa na investigação com Representações Sociais

Uma vez definido o problema a ser estudado e as populações envolvidas, há que se decidir qual aspecto de RS será investigado para, em seguida, elaborar o instrumento e/ou procedimentos de pesquisa. Segundo Moscovici (1995), o objetivo do método é encontrar a verdade e a tarefa do pesquisador é de discernir qual dos métodos podem ser mantido com plena responsabilidade e, qual deve ser abandonado, numa época de mudanças, tanto intelectual como sociais, sem precedentes.

A Teoria das Representações Sociais permitiu investigação com uma diversidade de métodos e técnicas de pesquisa. Discípulos de Moscovici como Denise Jodelet, Abric ampliaram os métodos e técnicas.

No Brasil, no final dos anos 80, o conceito de RS surgiu nas revistas especializadas e simpósios internacionais. Após essa década, a TRS foi incorporada por pesquisadores de diferentes campos de investigação nas universidades. Destacaremos nesta seção, alguns exemplos dos métodos e técnicas de pesquisas na área. Para Wagner (1995, p. 164), no campo de pesquisa em Representações Sociais podem ser observados dois usos distintos de avaliação das RS, que dependem do interesse explicativo e do procedimento de avaliação do pesquisador. Temos:

- a) Nível individual – a representação resultante será uma representação protótipica individualmente distribuída de elementos comuns. Esses elementos protótipicos de uma representação são frequentemente denominados *núcleo central*.
- b) Nível Coletivo – as representações de um único e mesmo objeto social estão presentes em vários estados de elaboração em diferentes subgrupos e incluem aspectos diferenciados do objeto que variam na relevância que tem para cada subgrupo.

A representação global resultante é a representação coletiva completa com elementos que não são comuns a todos os grupos, mas que são típicos ou relevantes para um ou outro grupo social.

Há quatro dimensões metodológicas na pesquisa social, conforme Bauer e Gaskell (2002). Estes assumem que o processo de pesquisa pode combinar elementos ao longo das dimensões que seguem abaixo:

1. ‘os princípios do delineamento da pesquisa’, os quais incluem os estudos de caso, estudos comparativos, levantamentos com amostragem, experimentos, observação participante e etnografia;
2. ‘a obtenção de dados’, nível em que se consideram a entrevista individual, o questionário, os grupos

focais, filmes, vídeos, observação sistemática, coleta de documentos e gravação de sons;

3. ‘a análise de dados’, que se subdivide em análise formal e informal. A formal envolve os modelos estatísticos e as análises estruturais. A informal envolve análise de conteúdo, a indexação, a análise semiótica, a análise da retórica e a análise do discurso;

4. ‘o interesse do conhecimento’, que se refere às tradições dos cientistas que podem ser identificadas em três categorias: controle e predição, construção de consenso e emancipação e poder (*empowerment*).

Na pesquisa em Representação Social, Spink (1995a) e Souza Filho (1995) apresentam alguns aspectos relativos às metodologias comumente empregadas em estudos de RS:

1 - Observação – Souza Filho (1995) afirma que o método de observação sistemática serve de pré-requisito para qualquer passo à frente no campo, é mais adotado pela maioria de estudiosos no mundo. Para Spink (1995a), a observação tem papel proeminente no estudo das representações sociais, dado que nos liberta da quantificação e da experimentação prematura com a consequente fragmentação do fenômeno estudado. A observação – estimulada pela teoria e armada de métodos analíticos e sutis – que nos dará os meios de entender a gênese e a estrutura das representações sociais *in situ*. Segundo Moscovici (2004), o estudo das representações sociais requer que nos retornemos aos métodos de observação.

2 - Coleta de dados – Souza Filho (1995) afirma que nessa fase, a compreensão do fenômeno seja feita em termos de observação, pois ainda não se pode falar em causa e efeito, mas de interação entre elementos da realidade a ser estudada. A ideia é trabalhar com pequenas amostras de diferentes populações para evidenciar processos e produtos sociais a serem estudados em envergadura maior por instituições de pesquisa com mais recursos. O ideal seria usar a forma de linguagem mais próxima possível da realidade natural onde (e como) o fenômeno ocorre. De todo jeito, deve-se facilitar a expressão e a interação, observada ou relatada, possibilitando o acesso do pesquisador à realidade vivida pelo sujeito com outros sujeitos e com seus objetos de representação. Para tanto, pode-se usar a observação participante, ou a entrevista com roteiros abertos, ainda que contivesse temas geradores.

Segundo Spink (1995b), a coleta de dados exige longas entrevistas semiestruturadas acopladas aos levantamentos do contexto social e dos conteúdos históricos dos grupos estudados. A análise, centrada na totalidade do discurso, é demorada e,

consequentemente, utiliza-se de poucos sujeitos. O trabalho de interpretação do discurso segue os seguintes passos:

1. transcrição da entrevista;
2. leitura/escuta, intercalando a escuta de material gravado com a leitura do material transscrito. Nessa etapa, é necessário ficar atento às características do discurso: a variação (versões contraditórias); a detalhes sutis, como silêncios, hesitações, lapsos (investimento afetivo presente); retórica, ou organização do discurso de modo a argumentar contra ou a favor de uma versão dos fatos;
3. tendo apreendido os aspectos mais gerais da construção do discurso, é preciso, em um terceiro momento, retornar aos objetivos da pesquisa e, especialmente, definir claramente o objeto da representação.

Spink (1995a) e Souza Filho (1995) apresentam outras formas para coletas de dados na pesquisa das Representações Sociais. Entre estas temos:

‘Técnicas Verbais’ – é a forma mais comum de trabalhar as representações. Consiste em dar voz ao entrevistado evitando impor as pré-concepções e categorias do pesquisador. Como instrumento de pesquisa, o questionário pode ser enriquecido pela inclusão de um pequeno número de entrevistas em profundidade com alguns informantes representativos de posições sociais consideradas relevantes para a formação ou transformação das representações.

‘Associação Livre ou Evocação Livre (EVOC)’ – a partir de um pequeno número de palavras-estímulo, podemos estabelecer associações livres. A técnica de coleta evocação livre foi proposta por Vergés (1992, apud NASCIMENTO-SCHULZE, 2000) que utilizou essa técnica para estudos de Representações Sociais por parte dos respondentes associadas aos conceitos de meio ambiente e natureza. Essa técnica consiste em apresentar uma palavra geradora às pessoas e solicitar que produzam expressões ou adjetivos que lhe venham à cabeça (COSTA; ALMEIDA, 1999).

‘Dados já disponíveis’ – tais dados são as informações censitárias e pesquisa de opinião convencional que indicam situações objetivas e subjetivas da população estudada. Também são dados de materiais como textos, documentos pessoais, literatura de ficção, panfletos, anotações, desenhos. Moraes et al. (2000) utilizaram essa técnica para estudar as Representações de meio ambiente entre estudantes e profissionais de diferentes áreas de conhecimento.

‘Técnica dos grupos focais’ - Spinelli (2002) utilizou essa técnica para conhecer o conteúdo das Representações Sociais de Educação Ambiental dos

alunos de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Oliveira e Werba (2003) consideram essa técnica como um dos instrumentos mais usados e desenvolvidos na investigação das Representações Sociais. Os grupos focais podem ser descritos, basicamente, como entrevistas que se fundamentam na interação desenvolvida dentro do grupo. O ponto-chave dos grupos focais é o uso explícito da interação entre as pessoas para produzir dados e *insights* que seriam difíceis de conseguir fora desta situação. Isso constitui uma vantagem da pesquisa com os grupos focais, ou seja, a oportunidade que estes oferecem para a troca de ideias de determinado tema, em um período limitado de tempo. O emprego dessa técnica tem como objetivo focalizar melhor o objeto de uma pesquisa; obter dados sobre atitudes, crenças e valores de um grupo ou de uma comunidade. Além disso, auxilia o pesquisador a apreender o vocabulário ou o universo nocional dos sujeitos para poder desenvolver os estudos posteriores.

3 - Análise de Conteúdo – esta técnica permite visualizar os núcleos organizadores dos discursos, as variáveis e categorias, bem como os conflitos e consensos estabelecidos pelas pessoas dos grupos estudados. Possibilita observar os dados por meio de uma visão ampla, na qual a totalidade do material coletado permite levantar categorias do grupo.

De acordo com Bardin (1978), a análise de conteúdo (e de discurso) apresenta duas funções complementares: a tentativa exploratória que amplia a descoberta dos conteúdos aparentes e a confirmação ou informação das hipóteses. A análise de conteúdo se faz pela técnica de codificação. Esta transforma os dados brutos do texto ou discurso, por recorte, agregação e enumeração, permitindo atingir uma representação do conteúdo. A técnica compreende três escolhas: a unidade de registro (o recorte), as regras de contagem (a enumeração), as categorias (a classificação e a agregação). A unidade de registro apresenta natureza e dimensões variáveis, podendo ser o tema, a palavra ou a frase (BARDIN, 1978).

No que se refere às questões metodológicas, Spink (1995b) afirma que atualmente o debate histórico sobre as possibilidades do conhecimento das ciências naturais e sociais tem levado a movimentos que convergem para uma epistemologia construtivista, ou seja, ao reconhecimento de que “a realidade é caleidoscópica e que a multiplicidade de métodos pode enriquecer a compreensão do fenômeno” (SPINK, 1995a, p. 128). Para a autora, a utilização de diferentes instrumentos metodológicos para o desenvolvimento das teorias

implícitas é um fator de enriquecimento da pesquisa, na medida em que permite a observação do objeto visto sob vários ângulos: explicações cognitivas, investimentos afetivos e demandas concretas derivadas das ações no cotidiano.

Alguns pesquisadores de Representação Social na área de meio ambiente utilizam a técnica de análise de conteúdo. Entre eles, Reigota (2002) em *Meio Ambiente e Representação Social*; Arruda (1995) em *Ecologia e desenvolvimento: representações de especialista em formação* e Tomanik (2002), com o Grupo de Estudos Sócio-Ambientais (GESAU-UEM/PR). Esses estudiosos descrevem as Representações Sociais do meio ambiente em segmentos da população para intervenção nos locais estudados.

4 - Tratamento quantitativo - Spink (1995b) afirma que na validação quantitativa de uma análise de RS, os testes paramétricos são os mais usados para levantamentos extensivos. Os não-paramétricos são adotados para fazer inferências em pequenas amostras. Os dados são importantes para quem pretende tornar suas análises mais refinadas e seguras. O qui-quadrado, embora seja um teste rudimentar, pode ser utilizado para a análise de RS, comparando grupos a partir de frequências de temas ou atitudes.

Outra possibilidade de análise estatística são os testes de correlação que exigem variáveis de tipo ordinal ou cardinal. Caso se pretenda verificar a relação (associação ou dissociação) entre variável simbólica outra característica de grupo, pode-se usar o teste de correlação.

Souza Filho (1995) chama a atenção para investigações sociais. O primeiro cuidado se refere às 'situações históricas gerais da sociedade e seu entorno'. O segundo cuidado, com consequência teórica e metodológica, é o da 'especificação dos grupos de pertença'. Muitas vezes, apenas se têm amostras com indivíduos de acordo com os grupos sociológicos, quando o mais correto seria especificar a dinâmica grupal, seu grau de coesão interna, normas, valores e linguagens. Pode-se recorrer nessa situação ao denominado grupo mínimo. O grupo mínimo é a técnica pela qual alguns psicólogos recriam no laboratório certas condições da vida social do grupo estudado.

Em muitos casos, o uso de análise de conteúdo preconizado por Bardin (1978), é uma técnica que agrupa temas, expressões, discursos, modos de interação, entre outras particularidades, permitindo o entendimento do que ocorre em grupos reais a partir de inferência frequencial ou estatística.

Representações Sociais do meio ambiente para a realização da educação ambiental

As representações sociais, além da teoria, proporcionam também métodos de trabalhos e de pesquisas, que podem ser aplicados em diversas áreas científicas. A TRS nos permite trabalhar a historicidade do espaço, suas formas e seus conteúdos, e a objetivação, classificar, recortar e compreender a descontextualização dos discursos e ideologias.

Após a década de 1970, o campo semântico associado à palavra ambiente explodiu e fez aparecer muitos termos para palavra natureza. Souza et al. (2003) afirmam que a crise ambiental é um reflexo da própria crise civilizatória, marcada pela ausência de uma postura ético-técnico-científica que ordene a relação entre homem e natureza, com base no respeito mútuo entre o reconhecimento da dignidade humana e do valor da natureza.

Para Vieira (1998), estudos da área ambiental indicam que várias acepções dos conceitos fundamentais de meio ambiente e questão ambiental vêm sendo disseminadas nas últimas duas décadas. Para ele, o termo meio ambiente designa não tanto um 'objeto' específico ('natureza', 'espaços naturais', 'paisagens' e 'assentamentos'), mas uma relação de interdependência. Ele pode ser assim construído a partir da adoção de diferentes perspectivas teóricas e escalas, refletindo a opção por problemáticas específicas no âmbito das mais variadas áreas de especialização científica. As várias definições possíveis equivalem a diferentes alternativas de seleção de um conjunto de relações envolvendo um objeto de referência e seu contorno.

Moscovici (1977) defende a ideia de que natureza e sociedade não são dois pares opostos, não devem ser pensados como uma oposição. Em primeiro lugar, afirma que, sobretudo desde o século XVIII, todo o nosso entendimento da natureza e da sociedade tem sido estruturado considerando em termos como polos opostos e irreconciliáveis.

É justamente contra esta perspectiva dicotômica e separadora, que Moscovici se insurge. "Numa época em que a questão é mais a de defender a natureza contra o homem do que o homem contra a natureza" é preciso estar atento e repensar esta dicotomia. Tanto mais que "tudo que nos incita a por fim à visão de uma natureza não humana e de um homem não natural" (MOSCOVICI, 1977, p. 37).

A sociedade não é uma característica exclusivamente humana. A nossa sociedade não representa um rompimento com a natureza. A nossa sociedade, com as suas características particulares, nasceu não da natureza, mas de outra sociedade. Natureza e sociedade não se excluem mutuamente.

A primeira comprehende-nos, como resultado da nossa intervenção. A segunda existe por toda a parte: ela não nasceu com o homem e nada nos permite supor que desapareça conosco (MOSCOVICI, 1977).

Ao invés de procurarmos descobrir onde está a origem da nossa diferença em relação à natureza – na linguagem, na mão, no cérebro, na sociedade – que procuremos antes compreender as especializações e as separações internas à nossa sociedade, que a foram configurando nas suas formas específicas. Que procuremos compreender as transformações e trocas sucessivas e diversificadas que a nossa espécie foi mantendo com o mundo material. Se concebermos as relações sociedade-natureza como relações não de oposição, mas de trocas diversificadas ao longo do tempo e das sociedades, isso nos impedirá não só de hierarquizar as sociedades como mais longínquas ou mais próximas da natureza, mas também de conceber a natureza e a sociedade como únicas. Os homens não puderam, nem pode evoluir, tal como as outras espécies, senão transformando a natureza (MOSCOVICI, 1977).

Ele insurge também contra a ‘a fervorosa recomendação’ que – na ânsia de proteção da natureza – visa constituir reserva de natureza virgem, uma espécie de cadeia de museus da natureza, tal como se criaram reservas de populações primitivas, se pôs a arte nas vitrinas e se encerrou os animais nos jardins zoológicos. A doutrina de proteção da natureza que se deseja isolar e embelezar nos parques, como o barroco a recrhou nos seus castelos, repousa num paradoxo subtil. Decide-se que tudo o que não é vegetal ou animal é artificial, que não há outros equilíbrios na biosfera que os da planta e do organismo (MOSCOVICI, 1977).

Daí que tenhamos que nos defrontar, não com a busca de um equilíbrio permanente, que nunca existiu, mas com uma reinvenção de equilíbrios, a cada momento. Com uma gestão contextual que se iniciaria, justamente, pelo abandono da ideia de que a sociedade é contra a natureza e pela aceitação da ressocialização da natureza, e que implicaria a gestão conjunta do ecológico, do demográfico e do científico, porque soa as diversas facetas de um só e único processo (MOSCOVICI, 1977).

Especificamente em relação ao meio ambiente, Reigota (2002, p. 22) discorre que “[...] nas representações sociais podemos encontrar os conceitos científicos da forma como foram aprendidos e internalizados pelas pessoas [...]” e, ao dialogar com algumas definições científicas sobre meio ambiente, vindas de ecólogos, geógrafos, psicólogos, entre outros, esse autor conclui que as representações sociais sobre o meio ambiente

possuem caráter difuso e variado, não havendo um consenso entre elas. Isso demonstra a coexistência de uma diversidade de representações acerca do meio ambiente, o que representa a multiplicidade de significados que essas representações podem adotar de acordo com o meio social em que elas são apreendidas e analisadas.

Partindo-se do pressuposto de que na base da problemática ambiental está a relação homem-natureza, sociedade humana-natureza, supõe-se que o estudo das representações sociais de natureza (RSN) apresenta-se como um fértil campo para a aquisição de conhecimento, interpretação e reflexão dos diferentes olhares, valores, interesses, posições e práticas que circulam entre os Grupos Sociais acerca desse objeto (SILVA et al., 2005).

Representações Sociais é o conjunto de explicações que se originam por meio das comunicações interindividuais da vida cotidiana. Elas se constituem num trabalho mental do sujeito que tem como resultado a formação de uma imagem do objeto. É um ato do pensamento que traz para perto o que estava longe, que torna familiar o que era estranho. Os trabalhos baseados na teoria das RS buscam compreender os fenômenos sociais e a maneira como estes são captados, interpretados, visualizados e expressos no cotidiano pelos indivíduos ou grupos sociais. Nessa perspectiva, as RS possibilitam ao sujeito tomar consciência de seus pensamentos, de suas ideias, a visão de suas atitudes, levando-o a acumularem conflitos e a encontrar uma maneira de tornar familiar aquilo que lhe é desconhecido (SILVA; SALES, 2000).

Quanto à perspectiva do meio ambiente, a RS de indivíduos ou grupos é necessária para entender como os agentes sociais estão captando e interpretando as questões ambientais, e principalmente como pensam e agem em situações concretas de sua realidade próxima. Para Barcelos e Nascimento-Schulze (2002), estas representações são construídas por indivíduos em suas ações e diálogos cotidianos. Podemos afirmar que é por meio das conversações e diálogos que homens e mulheres atribuem significados a um determinado objeto que desejam conhecer e com o qual querem se relacionar. Tal elaboração faz com que certo objeto venha a tornar-se ‘realidade social’, por representação que a comunidade em questão faz dele. As RS desempenham na sociedade, seja ela qual for, importante contribuição para a formação de condutas, orientando relações e comunicações.

A teoria das representações sociais apresenta-se como um referencial teórico e instrumento para a educação e a gestão ambiental, na identificação dos conhecimentos e das práticas sociais que se

articulam no espaço relacional sociedade humana-natureza (SILVA et al., 2005).

Reigota (2002) considera que a compreensão das diferentes representações deve ser a base da busca de negociação e solução dos problemas ambientais. Não se trata de saber quantitativamente, mas qualitativamente melhor sobre as questões que um determinado grupo pretende estudar e onde pretende atuar. Nesse sentido, o primeiro passo para a realização da Educação Ambiental deve ser a identificação das ‘representações’ das pessoas envolvidas no processo educativo.

Considera o autor que a educação ambiental deve procurar estabelecer uma ‘nova aliança’ entre a humanidade e a natureza, uma ‘nova razão’ que não seja sinônimo de autodestruição e estimular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais. Ela deve se basear no diálogo entre gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade justa tanto em nível nacional quanto internacional.

E como afirmam Trevisol e Socolovsky (2000) um dos objetivos fundamentais da EA é criar situações nas quais os indivíduos se sintam estimulados a rever seu modo de conceber o meio ambiente e sua relação com ele.

Considerações finais

Há um consenso entre os educadores ambientais, técnicos e pesquisadores em meio ambiente que qualquer programa de educação ambiental precisa levar em consideração às representações sociais que o grupo social ou comunidade envolvida pelo projeto faz do meio ambiente e de sua relação com ele. Aliás, o próprio termo meio ambiente não pode ser tomado como um conceito rígido e definitivo. É mais apropriado estabelecê-lo como uma representação social, isto é, uma visão que evolui no tempo e varia conforme o grupo social. É fundamental identificar essas representações sociais do meio ambiente porque todo o trabalho de EA é uma tentativa de intervir em tais representações, reforçando os aspectos positivos e transformando os negativos. Uma pesquisa com esse perfil é capaz de indicar o que, efetivamente, é necessário mudar e o que é preciso reforçar (TREVISOL, 2004).

Desde a década de 1970, a educação ambiental vem sendo proposta como uma maneira de se alterar as atitudes e a conduta da sociedade com o objetivo de ultrapassar as situações produtoras de crise ambiental. A educação ambiental é considerada por Sauvé (2000) como a dimensão da educação

contemporânea que se preocupa em melhorar a rede de relações pessoais - grupo social - meio ambiente. Nesta perspectiva, o meio ambiente é um eco-sócio-sistema, caracterizado pela interação entre seus componentes biofísicos e sociais: estando os dois tipos de componentes necessariamente presentes em uma questão denominada ambiental. Para a autora, uma pesquisa que não considera os aspectos sociais em relação aos aspectos biofísicos que a sociedade se mantém, não pode ser considerada uma atividade do campo da Educação ambiental. Atribui-se à educação ambiental a tarefa de construir as bases cognitivas e efetivas de uma sociedade ambientalmente saudável, novo paradigma da vida humana que emergiria do reconhecimento dos danos produzidos pela racionalidade moderna (LEFF, 1990, 1991 apud MAZZOTI, 1997).

A educação ambiental é definida como uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente (LOUREIRO et al., 2003). Nessa interação é possível pela observação das paisagens compreender o ambiente humano integrado ao natural, demonstrando a coexistência indissociável entre a sociedade, a cultura e os sistemas naturais. Nesse sentido, a educação ambiental pode auxiliar as pessoas a adquirir uma noção melhor sobre o ambiente onde vivem. Elas serão capazes de tirar suas próprias conclusões sobre a qualidade de vida desse ambiente, bem como distinguir melhor as variações naturais que as cercam.

Para construir uma educação ambiental e científica, precisamos nos entender como parte de um todo indivisível, como uma rede de múltiplas interconexões e sistemas (MEDEIROS; BELLINI, 2001). O uso intenso dos recursos naturais decorrentes da industrialização, da urbanização e da explosão demográfica, modificou os costumes das pessoas e as relações destas com a natureza. Essas modificações geraram as discussões em torno da necessidade da educação ambiental, cujo papel será o de formadora de atitudes positivas em relação à natureza, a partir de uma postura crítica da realidade e de medidas concretas que possam alterar os rumos da degradação ambiental, física, social e cultural (QUEIROZ, 1997 apud SILVA; SALES, 2000).

A educação ambiental, então conclui Sato (2004), deve buscar sua eterna recriação, avaliando seu próprio caminho na direção da convivência coletiva e da relação da sociedade diante do mundo. Num olhar fenomenológico, significa avaliar a si próprio

na busca da identidade individual (ser humano), buscando uma área de aprendizagem coletiva da alteridade (sociedade) e, desta justaposição, construir uma relação com o mundo (*oikos*). Isso significa que devemos observar na educação ambiental um conjunto de relações sociais que determinam a dinâmica do mundo.

Referências

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-37.
- ARRUDA, A. Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 235-265.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Caderno de Pesquisa**, n. 117, p. 127-149, 2002.
- BARCELOS, V. H. L.; NASCIMENTO-SCHULZE, C. M. O texto literário e as representações sociais. **Revista Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, p. 259-268, 2002. (Série Especial. Representações Sociais. Questões Metodológicas).
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1978.
- BARRETO, F. S. Sobre as Representações Sociais e o tempo histórico. **Revista Lâmina**, v. 117, n. 1, s/p., 2005.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- COSTA, W. A.; ALMEIDA, A. M. O. Teoria das representações sociais: uma abordagem alternativa para se compreender o comportamento cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. **Revista Educação Pública**, v. 8, n. 13, p. 250-280, 1999.
- FALCON, F. J. C. História e representação. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000. p. 20-48. (Coleção Textos do Tempo).
- FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.
- GUARESCHI, P. Representações sociais: alguns comentários oportunos. In: NASCIMENTO-SCHULZE, C. M. (Org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social**. Florianópolis: Imprensa Universitária/UFSC, 1996. p. 9-35. (Coletâneas da ANPEPP, 10).
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.
- JOVCHELOVITCH, S. Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. **Psicologia e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 54-68, 1998.
- LOUREIRO, C. F.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase/Ibama, 2003.
- MAZZOTI, T. B. Representação social de “problema ambiental”: uma contribuição à educação ambiental. **Revista Brasileira de Pedagogia**, v. 78, n. 188-189, p. 86-123, 1997.
- MEDEIROS, M. G. L.; BELLINI, L. M. **Educação ambiental como educação científica**: desafios para compreender ambientes sob impactos. Londrina: Eduel, 2001.
- MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.
- MORAES, E. C.; LIMA-JUNIOR, E.; SCHABERLE, F. A. Representações de meio ambiente entre estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento. **Revista Ciências Humanas**, Edição Especial Temática, p. 83-96, 2000.
- MOSCOVICI, S. **Sociedade contranatura**. Lisboa: Teorema/Bertrand, 1977.
- MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 261-293.
- MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). **Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 45-66.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- NASCIMENTO-SCHULZE, C. M. Representações sociais da natureza e do meio ambiente. **Revista Ciências Humanas**, Edição Especial Temática, p. 67-81, 2000.
- OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. In: JACQUES, M. G. C. (Org.). **Psicologia social contemporânea**. Livro-texto. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 104-117.
- REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. v. 41.
- SATO, M. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2004.
- SAUVÉ, L. Para construir un patrimonio de investigación en educación ambiental. **Tópicos em Educación Ambiental**, v. 2, n. 5, p. 51-69, 2000.
- SILVA, J. A.; SALES, L. C. Representações sociais de meio ambiente construídas por alunos de 8^a série do Ensino Fundamental. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 5, n. 5, p. 11-23, 2000.
- SILVA, L. M. A.; GOMES, E. T. A.; SANTOS, M. F. S. Diferentes olhares sobre a natureza: representação social como instrumento para educação ambiental. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 41-51, 2005.
- SOUZA FILHO, E. A. Análise de representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no**

- cotidiano:** as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 109-145.
- SOUZA, C. R.; BRITO, M. J.; CAPPELLE, M. C. A.; AMANCIO, R. Representações sociais sobre os sistemas de gestão ambiental: uma análise em agroindústrias do setor lácteo sul-mineiro. **Revista de Administração da UFLA**, v. 5, n. 1, p. 34-48, 2003.
- SPINELLI, L. F. **Representações sociais de educação ambiental de alunos do curso de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso.** 2002. 193f. (Dissertação em Educação, Cultura e Sociedade)-Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2002.
- SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano:** as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995a. p. 85-108.
- SPINK, M. J. P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em representações sociais.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995b. p. 117-145.
- TOMANIK, E. A. Ocupação do espaço, condições de vida e representações sociais. **Revista Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, p. 225-234, 2002. (Série Especial: Representações Sociais. Questões Metodológicas).
- TREVISOL, J. V. Os professores e a educação ambiental: um estudo de representações sociais em docentes das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. In: ENCONTRO DO ANPPAS, 2., 2004, São Paulo. **Papers...** São Paulo: ANPPAS; GT10, 2004. p. 27-56.
- TREVISOL, J. V.; SOCOLOVSKI, M. Meio ambiente e educação ambiental: um estudo de representações sociais em professores da rede municipal de ensino de Campos Novos-SC. **Revista Roteiro**, v. xxiv, n. 44, p. 27-56, 2000.
- VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIEIRA, P. F. (Org.) **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania:** desafios para as ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Edufsc, 1998. p. 45-98.
- WAGNER, W. Descrição, explicação e método em pesquisa das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em Representações Sociais.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 149-185.

Received on May 25, 2010.

Accepted on June 12, 2011.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.